



O Olhar Da Gestão Pública Na Educação Inclusiva: Um Estudo Das Escolas No Município De Crateús

Autoria

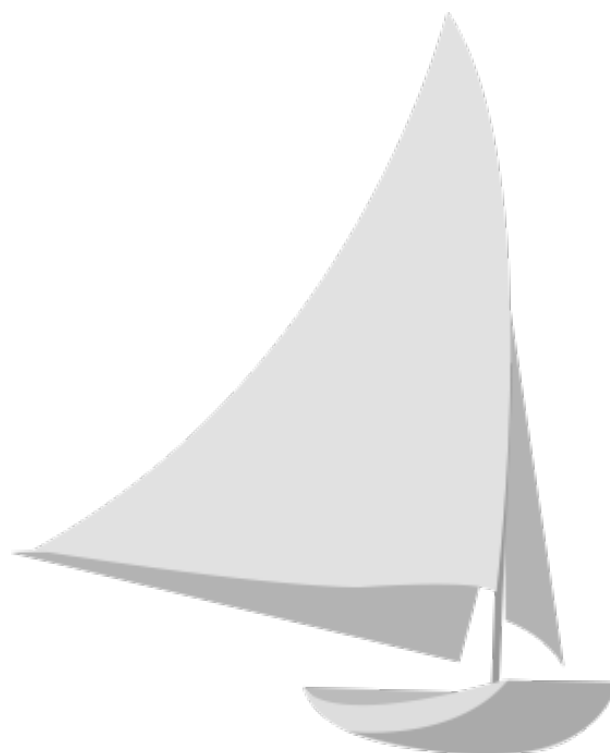
MIRELE CAVALCANTE DA SILVA - mirele_cavalcante@hotmail.com
GRADUAÇÃO/UNIATENEU

Dimes Rael Soares - dimessoares15@gmail.com

_/

Resumo

O presente artigo trata da educação inclusiva a partir da observação das principais dificuldades enfrentadas por profissionais da educação. O estudo questionou como ocorre a educação inclusiva na perspectiva de inclusão e integração entre escolas no município de Crateús. A abordagem utilizada foi qualitativa, e a coleta de dados se deu por meio de roteiro estruturado com dois gestores na primeira etapa e na segunda etapa aconteceu com 31 profissionais por meio de um questionário online disponibilizado na plataforma Survey Monkey. Como resultado, constatou-se que a utilização de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva proposta pelos gestores públicos pode permitir aos profissionais da educação um trabalho de forma mais eficiente, possibilitando melhores ações integradoras. Também, considera-se que é necessária, em âmbito local, a utilização de cursos de apoio aos profissionais da educação proposto pelos gestores públicos municipais.





O Olhar Da Gestão Pública Na Educação Inclusiva: Um Estudo Das Escolas No Município De Crateús

Resumo

O presente artigo trata da educação inclusiva a partir da observação das principais dificuldades enfrentadas por profissionais da educação. O estudo questionou como ocorre a educação inclusiva na perspectiva de inclusão e integração entre escolas no município de Crateús. A abordagem utilizada foi qualitativa, e a coleta de dados se deu por meio de roteiro estruturado com dois gestores na primeira etapa e na segunda etapa aconteceu com 31 profissionais por meio de um questionário online disponibilizado na plataforma Survey Monkey. Como resultado, constatou-se que a utilização de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva proposta pelos gestores públicos pode permitir aos profissionais da educação um trabalho de forma mais eficiente, possibilitando melhores ações integradoras. Também, considera-se que é necessária, em âmbito local, a utilização de cursos de apoio aos profissionais da educação proposto pelos gestores públicos municipais.

Palavras-chave: educação inclusiva; gestão pública educacional; profissionais da educação; necessidades educativas especiais; atendimento educacional especializado.



1 Introdução

No Brasil até o início do século XIX os deficientes mentais não recebiam qualquer tipo de educação, tendo como consequência a exclusão social. “Aqueles que não oferecessem riscos à sociedade ficavam vagando pelas ruas, já os agressivos eram destinados a ficar acorrentados dentro de cadeias” (CARVALHO; SILVA, 2018 apud MAZZOTTA, 2005).

Por volta da década de 40, com a criação de casas de apoio a pessoas com deficiências mentais, começa um trabalho de assistência médica especializada, voltado para o tratamento de pessoas com distúrbios psiquiátricos. Já no início do século XX, políticas públicas voltadas para a educação inclusiva foram sendo desenvolvidas enfatizando a sobremaneira, os métodos e as técnicas de ensino, ressaltando a importância de concepções psicopedagógicas no ambiente escolar.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) mostrou que quase 24% da população brasileira (45 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência. Ainda, segundo o estudo, apenas 403.255 estão empregados, o que corresponde a menos de 1% das 45 milhões de pessoas com deficiência no país. Apesar de existirem legislações específicas, que em tese garantem a admissão da pessoa com deficiência, muitos ainda enfrentam dificuldades de inserção social.

Segundo dados do censo escolar (2017) divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), o índice de inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares, o que é recomendado, passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. A maior parte dos alunos com deficiência, no entanto, não tem acesso ao atendimento educacional especializado. Dessa forma, somente 40,1% conseguem utilizar o serviço.

Vale ressaltar que, a inclusão é um instrumento voltado para desenvolvimento de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade. Para tanto, esta ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Partindo dessa perspectiva, observou-se que a formação dos educadores se adequa a este tipo de ensino, e como as práticas escolares podem influenciar nesse processo, buscando assim compreender quais são as principais dificuldades encontradas pelas escolas ao lidar com alunos com Necessidades Educativas Especiais (N.E.E.). A partir das concepções previstas em Leis específicas.

Diante da intensidade e variedade desse tema e enfoques a respeito de pesquisas sobre formação de docentes, o presente trabalho tem como problemática de pesquisa a seguinte questão: Como ocorre a educação inclusiva na perspectiva de inclusão e integração entre escolas no município de Crateús? O objetivo geral desse trabalho é analisar como é realizada a educação inclusiva na perspectiva de inclusão e integração nas escolas do município de Crateús. Para tanto se tem como objetivos específicos: Analisar a formação dos profissionais atuantes nas redes de ensino de Crateús, e se estes atendem as exigências necessárias para lidar com alunos com N.E.E.

A presente pesquisa tem relevância a partir da temática atual e com tamanha significância no que tange o público de N.E.E., além disso, para os profissionais que trabalham com educação, direta ou indiretamente, e, sobretudo para a formação docente destes envolvidos no âmbito educacional, bem como os processos e as práticas de sala de aula que podem influir no processo de ensino-aprendizagem, no comportamento dos alunos, e neste caso como se dará esta influência numa perspectiva de integração e inclusão de alunos com algum tipo de necessidade educativa especial.

Em pleno século XXI na “era” da globalização, em que a informação e, por subsecutiva a interação do planeta, é ao mesmo tempo algo que pode ser considerado uma maravilha do mundo moderno, é também um causador de muitas preocupações e estresse cotidiano, assim a



necessidade de se estar informado pode se tornar paradoxal, pois da mesma maneira que é uma fonte de enriquecimento em todos os sentidos e especificamente profissional, traz uma carga de preocupações. Então o ambiente escolar deve procurar minimizar e adequar esta situação, sobretudo em uma perspectiva inclusiva. Embora não se tenha mais um sistema de exclusão declarado, porém ainda se passa, normalmente, a maior parte da vida dentro de um ambiente de escolar, ou de alguma forma ligada a ele, justifica-se saber como a formação docente e as práticas internas e externas podem ou não influenciar no processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

2 Gestão Pública Da Educação Especial

Para compreender como se desenvolveu a educação especial no Brasil é preciso um estudo sobre as concepções legais que estabelecem os princípios e normas que norteiam a Inclusão, tanto social, como educacional no nosso país.

Em 6 de Julho de 2015, foi instituída a Lei Nº 13.146, conhecida popularmente como Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (LBI), que assegura os direitos da pessoa com deficiência.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Para tanto no artigo segundo da referida lei, ela define o conceito de pessoa deficiente, visando uma participação plena e efetiva na sociedade e com o intuito de oferecer igualdade de condições.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No que se refere a educação a LBI estabelece como um direito da pessoa com deficiência, um sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida com o objetivo de alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e necessidades de aprendizagem.

Em 1996 foi estabelecida a Lei de diretrizes e Bases da Educação da educação nacional (LDB), que destina alguns artigos para estabelecer princípios e normas para a educação inclusiva. A educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Parágrafo primeiro: Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado [...] para atender a clientela da educação especial. (BRASIL, LDB/96, art. 58).

Outro artigo da referida lei, e que vale mencionar também estabelece as normas condizentes com os seus respectivos sistemas de ensino.

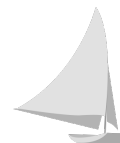
Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins,



bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, LDB/96, art.59).

O artigo 59-A. estabelece ao poder público instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação [...], a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

O parágrafo único estabelece os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, [...] e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Em 2008 surge na perspectiva de integração, o decreto presidencial de nº 6.571/2008 que estabelece “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” da SEESP/MEC.

[...] é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Essa Política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino.

(BRASIL, Decreto nº 6.571/2008).

Essa lei estabelece como objetivo principal “o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, para o atendimento educacional especializado”.

Já o artigo 60 estabelece os critérios para instituições privadas no que concerne à educação inclusiva. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios para instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

O Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/96, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, estabelecendo que:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

(BRASIL, LDB/96, art.60).

A lei citada acima também dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. [...] distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado. Parágrafo único O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições mencionadas no art. 14 (BRASIL, Decreto nº 6.571/2008).



Diante do exposto supracitado e para estabelecerem-se os princípios e normas que norteiam a inclusão, tanto social, como educacional no país (Brasil), faz-se necessário compreender a contextualização histórica do que condizem as normas que estabelecem as leis voltadas para a educação de forma geral, sobretudo na política inclusiva.

Para Araújo (2007) “A abordagem sobre gestão educacional e suas respectivas políticas públicas requer sua compreensão, não isoladamente ou de forma autoexplicativa, mas, inserida num contexto histórico e educacional específicos [...]”

Para o autor o país tem passado por várias reformas desde década de 1990 e isso ocasiona consequências calamitosas para a educação e demais setores sociais.

Implica também considerar o quadro histórico de constituição das políticas sociais brasileiras que, segundo (ARAUJO; 2007 apud GOMES, 2001), surgem num contexto autoritário no meio de um modelo econômico de crescimento concentrador de renda e socialmente excludente, tendo servido para legitimar o regime da ditadura militar através de mecanismos de repressão social para conter a insatisfação da população em relação ao regime da época, contrariando o pressuposto de que, conforme (ARAUJO 2007, apud SILVA, 2001).

O processo de democratização do ensino juntamente com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação perpassa por uma construção histórica, conforme foi mencionada pelos autores, vale destacar que esse processo é contínuo e deve estar ligado aos princípios de gestão democrática.

Desse modo a gestão democrática da educação e suas respectivas políticas devem estar voltadas e compromissadas com o que dispõem seus dispositivos legais (apesar da superficialidade com que são tratadas nos mesmos), implicando na observância e garantia da participação dos profissionais e da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico, o que requer um mínimo de autonomia pedagógica e administrativa. (ARAUJO 2007, apud MENDONÇA, 2000).

A LDB estabelece alguns princípios que devem nortear a educação, dentre eles podemos destacar os artigos 14 e 15, que estabelecem princípios de gestão democrática e adequações as peculiaridades de cada instituição conforme podemos verificar nos artigos abaixo.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, LDB/96, arts. 14 e 15).

Com base em tudo que foi mencionado acima pode-se observar, que do ponto de vista legal, o processo de inclusão está bem amparado, visando uma melhor integração dos sistemas de ensino com o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Uma questão importante a ser observada é se de fato essa integração ocorre de forma adequada nas escolas públicas locais, e que impactos a não integração desse tipo de ensino poderia causar no processo de inclusão de alunos N.E.E. Na sessão seguinte será ressaltada a temática supracitada.

2.2 Processo De Inclusão: A Formação Dos Educadores

Para compreender o processo de inclusão é necessário um estudo sobre a formação profissional dos educadores, e como esse processo estar associado a educação inclusiva. O artigo 67 da LDB estabelece quais são funções do magistério.



§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006) (BRASIL, LDB/96, art. 61).

Existem leis que dispõem sobre a atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Segundo essa lei, as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, são:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – Ensinar e usar a tecnologia assistida de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, Decreto nº 6.571/2008).

Discutir conceitos relacionados à formação docente, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, são premissas estabelecidas em leis que tratam desse assunto.

- I – A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
- II – A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
- III – O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) (BRASIL, LDB/96, art. 61).

Quanto à formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (BRASIL, LDB/96, art. 62).

O artigo 64 da LDB estabelece as normas que estabelecem a formação dos profissionais da educação.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da



instituição de ensino garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, LDB/96, art. 64).

Para Fontana e Fávero (2013, p.1) “atualmente, exercer uma atividade docente é muito diferente do que era há tempos atrás”. Concordamos com o que foi colocada pelos autores, a sociedade atual parece estar em “processo” de mudanças, e isso de certo modo pode afetar diretamente a escola, e, sobretudo os profissionais que lá atuam. E talvez a formação docente ocupe um lugar de destaque nesse processo de mudanças, sobretudo no que se refere ao ensino, mais especificamente ao processo de inclusão.

Por vivermos num contexto de profundas transformações culturais, epistemológicas, ideológicas, sociais e profissionais, estruturante de revoluções nos diversos campos de conhecimento, de informação e de tecnologia, porém responsável por educar as novas gerações, a preocupação com os processos formais e não formais pelos quais os professores aprendem a ensinar continuam sendo relevantes (VAGULA, 2003 p.20).

“A formação dos professores é apontada como uma das principais responsáveis pelos problemas da educação (BANDEIRA, 2012, p.4)”.

A docência exige comprometimento e essas dificuldades devem ser de estímulos para se exercer da forma mais plena possível a função docente, pois esta função implica envolvimento total e luta por justiça social que pode começar pela busca de melhores condições de trabalho, tentando minimizar esses problemas contidos numa profissão de relevância extrema ao desenvolvimento de qualquer país (Fontana e Fávero, 2013 apud CARDOSO, 2002).

Assim a escola, de modo geral, e, sobretudo o professor, pode ser responsável por uma parte fundamental do processo de desenvolvimento do educando, e que está na expressa na LDB.

Os professores desempenham um importante papel na produção e estruturação do conhecimento pedagógico porque refletem de uma forma situada, na e sobre a interação que se gera entre o conhecimento científico [...] e a sua aquisição pelo aluno, refletem na e sobre a interação entre a pessoa do professor e a pessoa do aluno, entre a instituição escola e a sociedade em geral. Desta forma, têm um papel ativo na educação e não um papel meramente técnico que se reduza à execução de normas e receitas ou à aplicação de teorias exteriores à sua própria comunidade profissional (FONTANA; FÁVERO, 2013 apud ALARCÃO, 2005, p. 6).

O pleno desenvolvimento do educando, e o preparo para a vida são duas características atreladas aos objetivos da educação básica e que está diretamente ligada aos docentes, por isso o processo de formação desses profissionais, talvez tenha influencia nesse processo.

O professor é um profissional que domina a arte de reencantar, de despertar nas pessoas a capacidade de engajar-se e mudar. Neste aspecto, entende-se que a formação do professor é indispensável para a prática educativa, a qual se constitui os lócus de sua profissionalização cotidiana no cenário escolar. Desse modo, compreender a formação docente incide na reflexão fundamental de que ser professor é ser um profissional da educação que trabalha com pessoas (DASSOLER; LIMA, 2012, p.1).

A formação profissional dos sujeitos envolvidos no contexto educacional, pensamento reflexivo, como uma das competências que precisa ser desenvolvida na atual conjuntura da educação.

3 Procedimentos metodológicos

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a metodologia é diretamente relacionada com problema a ser estudado, a escolha dependerá de vários fatores relacionados com a pesquisa, a natureza do fenômeno, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. Assim, buscou-se nesta pesquisa compreender os mecanismos de inclusão nas escolas do município de Crateús. E analisar se o método utilizado é realmente adequado para esse tipo de ensino. Assim como



vislumbrar formas, do ponto de vista da gestão pública, que possam combater ou minimizar as dificuldades encontradas nesse procedimento.

O processo metodológico utilizado nesta pesquisa foi de natureza descritiva, uma das classificações da pesquisa científica, na qual seu objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado. É realizada levando em conta os aspectos da formulação das perguntas que norteiam a pesquisa, além de estabelecer também uma relação entre as variáveis propostas no objeto de estudo em análise.

Ainda, realizou-se um levantamento bibliográfico na literatura sobre os temas de formação profissional, prática docente, inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, políticas de gestão educacional e lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Como fontes de pesquisa, utilizaram-se *sites*, livros, e artigos científicos. As bases de dados utilizadas foram *google* acadêmico e periódicos capes.

Quanto ao período de coleta de dados foi realizado em agosto de 2018.

Para analisar o tema proposto e no intuito de alcançar os objetivos da pesquisa, está foi dividida em duas etapas.

Na primeira etapa foram realizadas entrevistas exploratórias de profundidade com dois gestores profissionais de duas escolas da região metropolitana do município de Crateús no Estado do Ceará. Os gestores receberam as seguintes siglas na análise dos dados (GE_1 e GE_2). Os resultados obtidos são apresentados na seção a seguir por meio de uma análise crítica e relato do discurso da percepção dos gestores entrevistados.

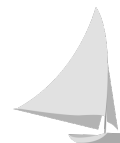
Uma das duas escolas investigadas pertence à rede pública de ensino, situada em um bairro economicamente necessitado, com problemas cotidianos de violência urbana. A escola oferta nos turnos da manhã e tarde o Ensino Fundamental e no turno da noite, a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), possuindo oito salas de aula, uma sala multifuncional, onde são atendidos os estudantes com necessidades educativas especiais, área de recreação (pátio), quadra de esportes, além de uma pequena biblioteca.

A outra escola investigada situa-se em um bairro bem mais estruturado (classe média). Também pertence à rede municipal de ensino. O estabelecimento oferta nos turnos da manhã e tarde o Ensino Fundamental. A Instituição dispõe de 10 salas de aula, quadra poliesportiva, laboratório de informática educativa, biblioteca, e sala multifuncional com atendimento especializado para os alunos com necessidades educativas especiais.

No caso da segunda etapa, foi coletadas informações por meio de um questionário eletrônico disponibilizado por um link enviado por e-mail na plataforma survey monkey. Esta plataforma online é uma plataforma especializada, que facilita a coleta de opiniões de pessoas, que podem ser transformadas em insights práticos. Foi utilizado como base para a elaboração do instrumento de coleta de dados os seguintes autores: Kafrouni (2001); Dassoler (2012), Fontana (2013), Fávero (2013); Hamze (2018). Quanto ao questionário eletrônico teve como proposta analisar a formação docente, bem como os conhecimentos sobre educação inclusiva, assim como estabelecer uma investigação sobre a temática proposta. O questionário eletrônico continha dez questões relacionadas com a temática em questão.

Participaram da amostra professores atuantes em escolas das redes públicas municipais e estaduais, além de duas instituições de ensino superior. A escolha dos sujeitos envolvidos na pesquisa se deu no intuito de análise dos mecanismos de inclusão, levantamos uma investigação sobre formação dos profissionais da educação do município de Crateús. Participaram da pesquisa instituições públicas do município de Crateús e região, com seus componentes: gestores e professores. Sendo que dos entrevistados, 77,42% pertencem à rede municipal de ensino, 16,13% a rede estadual e 6,45% a rede federal de ensino. Perfazendo um total de 31 pesquisados, que trabalham em 20 instituições diferentes.

Foi considerado que todos os entrevistados do processo educativo têm a capacidade de elaboração propostas para a melhoria da educação. Para isso foram selecionados gestores



educacionais de duas escolas, já citadas anteriormente: diretores, coordenadores e professores das salas multifuncionais para a primeira etapa de coleta de dados, no caso da entrevista exploratória de profundidade.

Buscou-se na coleta de dados principalmente analisar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas com a educação inclusiva, considerações sobre o Decreto Presidencial de nº 6.571/2008. Que ainda estabelece o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento educacional especializado. Além disso, a formação docente e adequação ao ensino inclusivo.

4 Análise E Discussão

4.1 Análise Das Entrevistas Exploratórias De Profundidade

No que tange aos gestores públicos e a educação inclusiva, e dada à importância desse tema, nessa seção foi descrita a análise dos resultados das entrevistas exploratória de profundidade realizada com dois gestores públicos sobre as influências internas e externas das escolas com os mecanismos da Política Nacional de Educação Especial e também sobre quais as principais dificuldades encontradas ao lidar com alunos com deficiência.

Nesse contexto tem-se a primeira pergunta desta etapa da pesquisa. Em 2008 o Ministério da Educação e Cultura lançava à nova política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. A partir dessa concepção, quais são os principais fatores que influenciam nesses mecanismos de inclusão e integração propostos pelo ministério da educação.

GE₁: Os fatores sociais têm grande influência, sem dúvidas. Nossa escola que estar situada num ambiente periférico, esse aspecto tem grande impacto, sobretudo na perspectiva de inclusão e integração de alunos com necessidades educacionais especiais. Salientamos também que a parte estrutural tem certa influência, sobretudo na parte de estrutura física da escola, nossa escola estar caindo aos pedaços.

Outro fator considerado pelos gestores estar relacionado com o Decreto Presidencial de nº 6.571/2008, cujo objetivo principal é o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o atendimento educacional especializado. Questionou-se os gestores entrevistados, quais são suas considerações a respeito dessa lei?

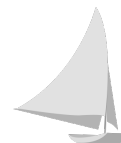
GE₁ “Considero que ainda existe muito a ser melhorado, sobretudo no que diz respeito ao aporte financeiro, os ‘recursos são escassos’”.

GE₂ Quanto ao apoio especializado, deixa muito a desejar, afinal não temos profissionais qualificados para exercer tais funções. Isso não estar restrito apenas aos professores, me refiro a todos os profissionais: cuidadores, interpretes etc. é claro que existem bons profissionais, toda via a maioria não se adequa aos processos de inclusão.

Verificou-se junto aos entrevistados, se eles consideram que a maior dificuldade da educação inclusiva é a formação inadequada dos profissionais da educação?

GE₁ Existem vários fatores que em conjunto formam grandes desafios, mas sem dúvidas a formação dos profissionais da educação, não só os professores, é bom deixar claro, exercem influências significativas sobretudo na educação inclusiva. Outro fator que eu gostaria de mencionar é o sistema educacional, que tem grandes falhas e que precisa ser reformulado o quanto antes.

Segundo o *GE₂* “veja bem, considero que é uma conjectura de fatores, mas sem dúvidas isso representa um grande gargalo para educação inclusiva. Acho que o fator social também representa uma grande dificuldade, além do aporte financeiro como mencionei anteriormente”.



Em virtude dos fatos mencionados acima e pela observação dos aspectos analisados, é imprescindível que todos se conscientizem de que existem, na visão dos gestores públicos, vários problemas relacionados à educação inclusiva, e que perpassa pelas várias dimensões do conceito. Portanto faz-se necessário uma reformulação de vários fatores relacionados a essa perspectiva, e, sobretudo uma espécie de quebra de paradigma.

4.2 Análise Dos Questionários

Visando uma melhor articulação entre teoria e prática, e com o objetivo de descrever as influências internas e externas das escolas. Nessa seção foi descrita a análise dos resultados do questionário realizado com trinta e um profissionais da educação do município de Crateús.

No primeiro item buscou identificar a escola que o entrevistado atua, no caso de Municipal, Estadual ou Federal?

Dos entrevistados, 77,42% respondeu que pertence a rede Municipal, o que corresponde a 24 entrevistados. 16,13% responderam que trabalham em instituições estaduais, o que equivale a 5 entrevistados. 6,45% afirmaram pertencer a rede federal de ensino, o que equivale a 2 entrevistados.

Quanto à formação acadêmica dos entrevistados na segunda questão, foi identificado que 38,71% dos entrevistados afirmaram que possuem apenas Graduação, o que equivale a 12 entrevistados. Especialização 61,29%, o equivalente a 19 entrevistados. Nenhum dos pesquisados possuem Mestrado e/ou Doutorado.

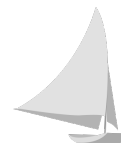
Observou-se que a maioria (19 entrevistados) é composta por especialistas, significando na prática que grande parte dos sujeitos pesquisados possui uma boa titulação acadêmica. Porém uma boa formação pode não ser suficiente, é preciso aliar teoria e prática. Fontana e Fávero (2013) define a prática como a ação concreta sobre o meio, ou seja, toda ação do homem sobre a natureza e sobre outros homens. Para ele a teoria pode ser entendida como a sistematização de representações sobre a realidade, as quais o homem constrói sobre objetos ou fenômenos, segundo critérios lógicos.

Foi perguntado no terceiro questionamento sobre a formação, ou seja, conhecimentos na área de educação inclusiva? Para 38,71% dos entrevistados (12 entrevistados) afirmaram que Sim, possuem conhecimentos na área, pois já fizeram alguns cursos. 25,81% (8 entrevistados) afirmaram já terem lido livros sobre o tema. 3,23% (1 participante) afirmaram terem feito curso de Libras. Dos pesquisados 32,26% (10 entrevistados) afirmaram que: nunca tiveram a oportunidade de estudar sobre o assunto e que não fizeram nenhum curso voltado para essa área. Para Fontana e Fávero (2013) É importante ressaltar que não existe um saber docente formado apenas da prática, pois ele precisa ser também composto pelas teorias educacionais. Por isso é tão importante a qualificação docente, afinal teoria e prática devem estar sempre associadas.

É importante destacar, então, que as teorias, por si sós, não são suficientes para resolver os problemas que se apresentam no ambiente escolar, fazendo-se necessária uma tomada de consciência em relação ao problema para encontrar a resposta mais adequada para resolvê-lo, através da intervenção de novas técnicas e novos saberes produzidos no momento (FONTANA; FÁVERO, 2013, p.10)

Os dados mostram que uma parte um pouco significativa dos entrevistados possuem alguns conhecimentos voltados para essa área. Porém isso representa apenas um pouco mais da metade dos entrevistados, mostrando que a realidade pesquisada ainda está bem longe do ideal.

No quarto item relaciona-se a prática docente e as influências nos processos de ensino aprendizagem no âmbito de educação inclusiva. No que tange a prática docente e as influências na educação inclusiva observou-se que aproximadamente 90% dos entrevistados (27 entrevistados) concordaram que a formação técnica prática não se reduz ao mero domínio



de técnicas e regras, mas implica também outros aspectos, tais como: refletir sobre suas práticas pedagógicas, realidade política e social dentre outros. Deve-se observar que a prática em sala de aula não deve limitar-se apenas a fatores “técnicos”, ou seja, domínio de técnicas e regras, implica também inserir a prática pedagógica a realidade política e social a qual ele estar inserido, o educando e como o professor estar repassando determinados conceitos (conteúdos) e se esses estão ligados a realidades desses alunos, o que na pedagogia é conhecido como práxis.

Toda atividade humana implica, em algum grau, em teoria e prática. Na atividade docente, portanto, não é diferente, já que teoria e prática devem estar aliadas, para que seja possível a reflexão sobre a prática. No entanto, antes de trabalhar com essas três peças fundamentais do fazer pedagógico – prática, teoria e reflexão –, é necessário entender cada uma delas (FONTANA; FÁVERO, 2013, p.7).

Para 6,67% (2 entrevistados) afirmaram, que a formação técnica pratica se reduz ao mero domínio de técnicas e regras. Para 3,33% (1 participante) “primeiro tem que o educador querer mudar a rotina de sala de aula”. 1 dos entrevistados não respondeu esse item. Os dados mostram que o processo de inclusão pode envolver algumas variáveis e que os profissionais da educação devem fazer parte desse processo, afinal a partir do momento que o ensino se resume apenas ao domínio de técnicas e regras, deixa-se de considerar as particularidades individuais, ou seja, tratamento igualitário a sujeitos diferentes. Isso contraria o que estar disposto no artigo 1º da LBI e também o que estar expresso no artigo 58 da LDB.

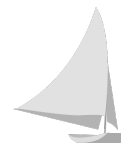
Nessa perspectiva, a formação continuada associa-se ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sua rotina de trabalho e em seu cotidiano escolar. Além disso, a formação relaciona-se também à ideia de aprendizagem constante no sentido de provocar inovação na construção de novos conhecimentos que darão suporte teórico ao trabalho docente (BANDEIRA, 2012, p.1).

Portanto a formação docente dever ser constante e cumulativa, devendo sempre aliar aspectos qualitativas em detrimento dos quantitativos, para que as práticas pedagógicas possam contribuir de forma positiva no processo de ensino e aprendizagem.

Quanto ao quinto questionamento, foi perguntado aos entrevistados sobre as influências internas e externas. Assim, qual a opinião no que se refere aos fatores internos e externos e de que forma tem influência nos mecanismos ou processos de inclusão. Da pesquisa, constatou-se que 100% dos entrevistados (31 entrevistados) consideram que como a formação técnica pratica não se reduz ao mero domínio de técnicas e regras, mas implica também outros aspectos, tendo o meio social influência de forma muito determinante no ambiente escolar. Partindo dessa premissa não podemos considerar a educação como uma espécie de brincadeira, mas sim um processo em que envolve muitas variáveis, tendo como um dos fatores bem influente o meio social.

A educação não pode ser vista como uma brincadeira. Ela é um fenômeno complexo, pois retrata e reproduz a realidade social, assim como projeta a sociedade que se deseja. E a sociedade de hoje apresenta muitos desafios, já que fazemos parte da sociedade do conhecimento e da informação, que chega de maneira muito rápida e em grande quantidade em todos os lugares do mundo. E a tarefa do professor é, nessa sociedade, atuar como um mediador entre a informação disponível e o aluno, sempre de forma competente pensando sobre sua atuação (FONTANA; FÁVERO, 2013, p.10).

Ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global, o currículo dever ser dinâmico e flexível, proporcionando situações para que ocorram as aprendizagens. Tudo isso pode sofrer grandes influências dos processos sociais nos quais a instituição está inserida, por isso o processo educacional envolve vários aspectos, não só conceituais, mas, sobretudo o social ocupa papel de destaque.



No sexto quesito do questionário foi verificado quanto à formação adequada para inserir um aluno com deficiência em suas aulas e escola. Observou-se que 73,33% dos entrevistados (22 entrevistados), afirmaram não possuir qualificação adequada para esse tipo de ensino, pois nunca fizeram nenhum curso em educação inclusiva e que os conhecimentos voltados para essa área na sua formação foram insuficientes.

Nessa perspectiva concordamos com Bandeira (2012), que afirma que a formação docente se constitui em um dos grandes entraves da educação. Partindo dessa premissa não podemos ligar a formação docente apenas a um pensamento romântico de que ser professor é apenas um “dom”, mas a uma formação pautada em aspectos teórico-científicos, ou seja, uma formação relacionada a processos históricos, sociais e políticos. Conforme, a LBI no seu art. 28, inciso X, estabelece que: “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado”, ou seja, estabelece uma formação contínua e processual, que possa se adequar a um ensino voltado para estudantes com algum tipo de necessidade educativa especial.

Apenas 10% dos entrevistados (3 entrevistados), afirmaram se sentirem bem preparado para esse tipo de ensino. Significando na prática que a grande maioria não se sente plenamente capacitado para esse tipo de instrução.

Os profissionais da educação não são apenas objetos da história, mas, sim, sujeitos que podem e devem transformá-la, tendo sempre em mente que tudo o que está aí pode ser reformulado, alterado, conforme haja necessidade, mas, para tanto, não se pode esquecer da responsabilidade e da vontade de atuar em busca da mudança (FONTANA; FÁVERO, 2013, p.6)

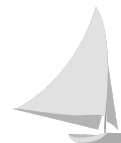
Diante desse contexto o professor deve ser agente de mudanças, procurando sempre uma boa qualificação, aliada a práticas pedagógicas que se adequem a realidade de seus educandos, buscando sempre uma ação pedagógica reflexiva. Fontana e Fávero (2013) define reflexão como um processo de confronto das representações da realidade concreta com sistemas conceituais organizados.

Constatou-se ainda que apenas 10% (3 entrevistados) afirmaram possuir qualificação suficiente para esse tipo de ensino. Mesmo tendo uma boa qualificação, os profissionais da educação necessitam desenvolver uma prática reflexiva, que possa ser transformadora na medida do possível para que o processo de inclusão ocorra de forma mais adequada.

Para Fontana e Fávero apud Ghedin (2005, p. 142) afirma que “a reflexão que não se torna ação política, transformadora da própria prática, não tem sentido no horizonte educativo”. Por isso, é inegável que o pensamento reflexivo contribui, decisivamente, para a promoção do progresso da atuação docente.

Dos entrevistados 6,67% (2 entrevistados) afirmaram que: 1- “Não. Não me sinto bem preparado.” 2- “não, e essas crianças são apenas jogadas aos cantos dos colégios, alguns cuidadores mais atrapalham do que ajudam.” Analisando esses dados percebe-se que essas falas estão totalmente em oposição do que está estabelecido nas leis que abordam esse assunto. De acordo com a LDB em seu artigo 4º, “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: inciso III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

No caso do sétimo item do questionário, o intuito foi saber se o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais ocorre de forma adequada na escola em que os entrevistados trabalham. Dessa forma, verificou-se que 48,39% dos entrevistados (15 entrevistados) concordam que o método de inclusão nas instituições de ensino do município de Crateús não ocorre de forma satisfatória, pois para eles, o processo de inclusão não significa apenas colocar um determinado aluno num ambiente em que antes ele não tinha acesso, vai, além disso, significa uma espécie de “quebra” de paradigma, ou seja, oferecer



condições adequadas de acesso e também de permanência ao sistema de ensino, por isso uma integração, se faz necessário. Corroborando com Kafrouni (2001) que afirma que a inclusão exige uma quebra de modelo.

A inclusão, portanto, requer uma revolução de paradigmas. Não significa apenas colocar pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar, a classe regular. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa, ademais, rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação. Logicamente, isso exige uma reviravolta estrutural na sociedade, como um todo (KAFROUNI, 2001, p.3).

Para 38,71% (12 entrevistados) consideraram que o processo de inclusão ocorre apenas de forma parcial, pois apesar de existirem profissionais de apoio, não se sentem plenamente inseridos no processo de inclusão. Para Bandeira (2004, p.2). Pensar em educação pressupõe pensar a formação docente e a prática pedagógica com qualidade. Infere-se desse tópico que talvez a formação desses profissionais não se adeque a esse tipo de ensino e por isso não se sentem plenamente inseridos nesse processo.

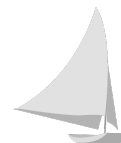
Observou-se ainda que 6,45% (2 entrevistados) consideraram que o processo de inclusão, significa apenas colocar um determinado aluno em um ambiente em que ele antes não estava incluído, no caso a escola, sala de aula. Essa perspectiva vai à contramão do que estar expresso LBI, que prever que deve existir uma integração. Isso estar expresso no seu artigo 28, inciso II, “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;” o não cumprimento desse artigo pode causar uma espécie de “segregação”, pois de acordo com a lei o processo de inclusão exigem também adequação dos profissionais que lá atuam.

Verificou-se ainda que uma pequena parte (2 entrevistados) consideraram que o processo de inclusão ocorre de forma satisfatória. Isso representa 6,45% dos entrevistados. Portanto mais de 90% das instituições de ensino pesquisadas consideram que o processo de inclusão não ocorre de forma totalmente adequada.

Observou-se numa perspectiva macro que o processo de inclusão envolve algumas variáveis, e não apenas um dos lados, porem envolve duas ou mais direções, nesse aspecto envolve atuação da pessoa com necessidades educativas especiais e ações ligadas a própria sociedade, de forma geral, tendo a escola um papel fundamental nesse processo.

No caso do oitavo questionamento, visando à melhoria do ensino, foi perguntado se um curso de educação inclusiva ou algum tipo de apoio especializado para auxilia-lo no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, proposto por parte dos gestores públicos, seria uma forma de melhorar o processo de inclusão. Assim, para 93,10% dos pesquisados (27 entrevistados) concordaram que “Sim, pois tenho algumas dificuldades no método de inclusão e isso seria engrandecedor no processo de ensino e aprendizagem.” Para Araújo (2007, apud silva, 2001) toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais. Partindo desse pressuposto a implementação de uma ou mais políticas públicas (cursos ou auxílios) voltada para o processo de inclusão seria de grande utilidade, tendo em vista que a maioria dos pesquisados concordam que a adoção de medidas de auxílio, proposta pelos gestores públicos, aos profissionais da educação seria muito valida e engrandecedora.

Toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não-decisões, constituída por um jogo de interesses, tendo por limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais. (ARAÚJO, 2007, apud SILVA, 2001p. 6).



Considerando políticas públicas como toda ação que apresenta interesses e expectativas diversas, percebe-se que uma ação política pública pode sim ser proveitosa, afinal dos resultados observados na pesquisa, infere-se que investir em políticas educacionais e de âmbito sociais, se faz necessário.

Para 6,90% dos entrevistados (2 entrevistados): “Não, pois acho que não seria muito proveitoso, afinal um curso a mais ou um a menos não faz muita diferença, já que o processo de inclusão envolve vários outros fatores.” Uma parte dos entrevistados considera que existe uma conjectura de fatores que influenciam diretamente os processos de inclusão, e que é preciso muito mais do que um “simples” auxílio/curso. Para eles é preciso investir em políticas sociais, educacionais dentre outras. Ou seja, uma reestruturação profunda dos modelos adotados atualmente. Porém, duas pessoas não responderam a esse item.

No item nove, foi questionado aos entrevistados sobre a maior dificuldade existente no processo de inclusão de alunos N.E.E. Verificou-se, que 53,33% dos entrevistados (16 entrevistados) concordaram apenas parcialmente, pois consideram que a formação inadequada é sim um problema. No entanto, não pode ser considerada como a dificuldade principal, pois existem vários outros fatores que em conjunto representam grandes desafios.

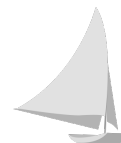
Segundo Kafrouni (2001, p.7), “na atual conjuntura, as dificuldades no atendimento de pessoas com necessidades especiais são reflexo de uma prática social que não fica circunscrita aos limites da escola”.

Na sociedade atual em que estamos cada vez mais conectados uns com os outros, mas paradoxalmente parece estarmos bem distantes, do ponto de vista humano, porquanto a “era” das redes sociais onde o culto a “beleza” física é um fator muito determinante, pode estar escondendo um processo de exclusão, em que pessoas que não obedecem a determinados “padrões” estilísticos, são simplesmente descartadas. Isso pode ser resultado de uma sociedade “doente”, em que a inserção de pessoas com algum tipo de necessidade especial seja muito difícil, pois estas não se adequam a esse “modelo”. Portanto, concordamos com o autor, as dificuldades encontradas no processo de inclusão podem ser apenas reflexo de práticas sociais, que adentraram ao meio escolar.

Para 33,33% dos entrevistados (10 entrevistados), a formação dos profissionais da educação é uma variável fundamental no processo de inclusão. Para Bandeira (2012) “o ser professor, no contexto atual, exige certa ousadia aliada a diferentes saberes. Na era do conhecimento e numa época de mudanças, a questão da formação de professores vem assumindo posição de urgência (PERRENOUD, 2001) nos espaços escolares”. Diante desse contexto pode-se considerar que a formação docente pode sim ocupar um papel de destaque no processo de inclusão. Dos entrevistados 13,33% (4 entrevistados) consideraram que o processo envolve vários fatores, sendo o sistema educacional o principal problema. 1 pessoa não respondeu esse item.

No último item do questionário, foi abordada a educação especial na perspectiva da integração entre escolas, e se esta ocorre de forma adequada. Verificou-se que 51,61% entrevistados (16 entrevistados) afirmaram que o processo ocorre apenas parcialmente, pois acham que existe pouca integração entre escolas, e isso precisa ser melhorado. Para Santana (2010, p. 281) “escola pública tem como compromisso oportunizar condições para sua clientela construir conhecimentos, atitudes e valores, contribuindo na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos nos contextos que integram” (apud BRASIL, 2004). Para o autor o processo de integração é parte fundamental para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a formação plena dos educandos. A partir do momento em que esse processo não ocorre de forma adequada, o desenvolvimento educacional do aluno pode estar comprometido.

Para 38,71% dos entrevistados (12 entrevistados) não existe qualquer integração entre escolas, sendo essa prática um dos principais gargalos da educação inclusiva. Esses dados



mostram que o processo educacional na perspectiva de integração precisa de ser aperfeiçoado, visando principalmente a melhoria do sistema educacional, sobretudo na perspectiva de educação inclusiva.

Dos entrevistados, 3,23% (1 participante) afirmaram: “Não possuem informações suficientes para responder se existe uma integração entre as escolas”. Isso mostra que parte dos entrevistados não possuem informações, que consideram suficientes para analisarem como ocorre o processo de integração nas escolas consideradas, significando que talvez haja algum tipo de falha nos processos de compartilhamentos de informações acerca dessa temática.

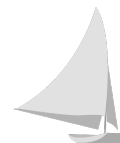
Já para 6,45% (2 entrevistados) consideraram que na medida do possível as escolas sempre estão trocando informações acerca desta temática. Portanto mais de 80% das instituições de ensino que foram pesquisadas consideram que o processo de integração não ocorre de forma adequada, significando na prática que sistema educacional, sobretudo na perspectiva de integração tem muito a ser melhorado, principalmente para ser cumprido o que estar disposto nos dispositivos legais (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Brasileira de Inclusão e outras).

5 Considerações Finais

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou uma análise do ponto de vista da gestão pública educacional, de como é realizada a educação especial na perspectiva de integração entre escolas. Dessa forma, o estudo questionou como ocorre a educação inclusiva na perspectiva de inclusão e integração entre escolas no município de Crateús? O objetivo geral desse trabalho foi analisar como é realizada a educação inclusiva na perspectiva de inclusão e integração nas escolas do município de Crateús. Dentre os resultados encontrados, merecem destaques: (1) mais de 50% dos entrevistados consideraram que existe pouca integração entre escolas; (2) Para 38,71% dos entrevistados não existe qualquer integração entre escolas; e (3) 93,10% dos pesquisados afirmaram que sentem dificuldades para a inserção de alunos N.E.E. Portanto os resultados expressam que existem várias falhas nos processos de inclusão e integração.

Quanto ao objetivo específico de analisar a formação dos profissionais atuantes nas redes de ensino de Crateús, e se estes atendem as exigências necessárias para lidar com alunos com N.E. E foi evidenciado que a formação dos sujeitos entrevistados da pesquisa, em termos de titulação acadêmica pode ser considerada boa. Para mais, também foi evidenciado que a maioria dos entrevistados não possui conhecimentos em educação inclusiva, o que ajuda a justificar o fato de não se sentirem plenamente inseridos no processo de inclusão. Verificou-se também que a maioria dos entrevistados considera que a formação inadequada é sim um problema. No entanto, não se pode considerar como a dificuldade principal, pois existem vários outros fatores que em conjunto representam grandes desafios. Outra constatação bastante importante, é que, para 100% dos entrevistados a formação técnica prática não se reduz ao mero domínio de técnicas e regras, mas implica também outros aspectos, tendo o meio social influência de forma muito determinante no ambiente escolar e que existem dificuldades no método de inclusão, para tanto a aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de ações integradas, visando uma melhor formação para os profissionais da educação seria engrandecedor no processo de ensino e aprendizagem.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de novas formas (políticas públicas) que possam melhorar o processo de inclusão e integração entre escolas, tendo como um dos objetivos principais desenvolver mecanismos que estabeleçam uma formação docente que se adeque a educação inclusiva, a fim de tornar o processo de ensino



aprendizagem uma ferramenta que promova a inclusão e integração de forma plena, conforme está estabelecido em leis específicas.

Nesse sentido, conclui-se que, a utilização de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, proposta pelos gestores públicos pode permitir aos profissionais da educação um trabalho de forma mais eficiente, possibilitando melhores ações integradoras. Considera-se que é necessária, em âmbito local, a utilização de cursos de apoio aos profissionais da educação proposto pelos gestores públicos municipais. No âmbito nacional uma reforma aprofundada nos cursos de formação para que as pessoas que neles são formadas possam ela própria vir a ser agentes de mudança na escola, contribuindo para uma educação que possa ser inclusiva e integradora.

Referências

- ARAÚJO, M. S. R; **Políticas De Gestão Educacional No Brasil E No Maranhão Contemporâneos (1998-2002):** avanço ou retrocesso da questão democrática? São Luís. 2007.
- BRASIL. Lei de nº 6.571, de 26 de novembro de 2008. **Decreto presidencial**. Disponível em<: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em<: <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/LEI-n%C2%B0-9.394-de-20-de-dezembro-de-1996.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRASIL. Lei Nº 13.146, de julho de 2015. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em<: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 13 out. 2018.
- CARVALHO, B.F. B.; SILVA, A. J. **A Inclusão Da Pessoa Com Deficiência Na Escola Regular. 2017.** Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/60496/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular>>. Acesso em: 09 set. 2018.
- DASSOLER, O. B; LIMA, SOARES D.M. A Formação E A Profissionalização Docente: Características, Ousadia E Saberes. **Anais... IX ANPED SUL**, 2012.11, p.
- FONTANA, M. J; FÁVERO, A. A. Professor Reflexivo: Uma integração entre teoria e prática. **Ideau**. v. 8 Nº 17, p.1-15, Janeiro - Junho, 2013.
- HAMZE, A. **Integração ou inclusão**. Escola Brasil. Disponível em:< <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/integracao.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- KAFROUNI, R., **A Inclusão De Alunos Com Necessidades Educativas Especiais E Os Impasses Frente À Capacitação Dos Profissionais Da Educação Básica:** um estudo de caso. Curitiba, 2001.
- VAGULA, E. **A formação profissional e a prática docente**. 2003.
- VERDELIO, A. **Apenas 1% dos brasileiros com deficiência está no mercado de trabalho**. Agência Brasil. 2017. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no-mercado-de>>. Acesso em: 20 ago. 2018.